

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Renata Cardoso de Souza

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DE SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS**

**Porto Alegre
2021**

Renata Cardoso de Souza

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DE SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Orientador: Prof. Dr. Ariel Behr

Porto Alegre
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes
Vice-reitora: Profa. Dra. Patrícia Helena Lucas Pranke

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato
Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO 21

Coordenador Geral: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala
Coordenador de Ensino: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Souza, Renata Cardoso de
Transparência Pública sob a ótica de Servidores Públicos Federais /
Renata Cardoso de Souza. -- 2021.
42 f.
Orientador: Ariel Behr

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração,
Administração Pública no Século 21, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Transparência Pública. 2. Servidor Público Federal. 3. Controle
Social. I. Behr, Ariel, orient. II. Título..

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pela autora.

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico
CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS
Telefone: 3308-3801
E-mail: eadadm@ufrgs.br

Renata Cardoso de Souza

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA SOB A ÓTICA DE SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Aprovada em 13 de Setembro de 2021.

Banca Examinadora

Examinadora: Profa. Dra. Fernanda Momo

Examinador: Prof. Dr. Everton Farias

Orientador: Prof. Dr. Ariel Behr

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo, especialmente a tutora Bruna Cruz de Anhaia, o orientador Professor Dr. Ariel Behr e aos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior, que prontamente se dispuseram a colaborar com este estudo.

Obrigada!

RESUMO

A transparência pública tornou-se essencial para a sociedade acompanhar e fiscalizar as ações da Administração Pública. O acesso à informação é um direito assegurado aos cidadãos e está regulamentado em alguns dispositivos legais, como por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso a Informação. A informação divulgada deve ser completa, objetiva, confiável e de fácil compreensão por qualquer cidadão. Diante a necessidade dessa compreensibilidade das informações divulgadas e da importância de os cidadãos entenderem a transparência pública, este estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública. Realizou-se um estudo qualitativo de natureza descritiva, a coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada e a análise foi realizada através da técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados encontrados apontaram que a percepção dos servidores entrevistados acerca da transparência pública é superficial e que eles necessitam de estímulos para despertar o interesse e aprofundar o seu conhecimento nesse tema, tal que foi notória a contribuição deste estudo no sentido de avivar esse interesse em conhecer mais a transparência pública.

Palavras-chave: Transparência Pública. Servidor Público Federal. Controle Social.

Public transparency from the perspective of the federal public serve

ABSTRACT

Public transparency has become essential for society to monitor and oversee the actions of the Public Administration. Access to information is a right guaranteed to citizens and is regulated in some legal provisions, such as the Fiscal Responsibility Law and the Access to Information Law. The information disclosed must be complete, objective, reliable and easily understood by any citizen. Given the need for this comprehensibility of the information disclosed and the importance of citizens understanding public transparency, this study aims to analyze the perception of the servers of the Administrative Management of a Federal Public Institution of Higher Education on public transparency. A descriptive qualitative study was carried out, data collection took place through a semi-structured interview and the analysis was carried out using the content analysis technique. The main results found showed that the perception of the employees interviewed about public transparency is superficial and that they need stimuli to arouse interest and deepen their knowledge on this topic, such that the contribution of this study in terms of enlivening this interest in learn more about public transparency.

Keywords: Public Transparency. Public Federal Server. Social Control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico de acessos por usuário.....	16
Quadro 1 – Resumo da Seção 4.2.....	26
Quadro 2 – Resumo da Seção 4.3.....	28
Quadro 3 – Resumo da Seção 4.4.....	33
Quadro 4 – Síntese Geral.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGU	Controladoria Geral da União
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de Pesquisa	10
1.2 Objetivo Geral.....	11
1.3 Objetivos Específicos	11
1.4 Justificativa.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A Administração Pública e a Transparência	13
2.2 O Portal da Transparência do Governo Federal	15
2.2.1 A Acessibilidade Comunicacional no Portal	17
2.3 O Controle Social.....	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 Tipo de Pesquisa.....	20
3.2 Técnicas de Coleta dos Dados	20
3.3 Técnicas de Análise dos Dados	21
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	23
4.1 Perfil dos Entrevistados.....	23
4.2 A Motivação dos Servidores na busca de Informações Públicas.....	23
4.3 A percepção dos Servidores sobre o Portal da Transparência do Governo Federal	26
4.4 Os Servidores e o exercício do Controle Social	29
4.5 Percepção dos Servidores Entrevistados acerca da Transparência Pública.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA	41

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública vem ganhando notoriedade desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante a obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência por toda a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988). Sendo assim, o acesso à informação dos órgãos públicos é um direito assegurado a qualquer cidadão, direito esse que é regulamentado por alguns dispositivos legais, como por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Acesso a Informação (LAI), os quais asseguram que o objetivo da transparência pública é propiciar a participação mais efetiva da sociedade nas ações governamentais.

A transparência pública, conforme Santos e Rocha (2019, p. 902), “é de fundamental importância para o fortalecimento da Gestão Pública democrática, pois a transparência na gestão pública amplia o compromisso mútuo entre os cidadãos e o poder público e fortalece as relações democráticas”.

Nesse contexto, percebe-se que a transparência, além de proporcionar ao cidadão o acompanhamento e fiscalização das ações governamentais, aproxima o cidadão da gestão pública e pode estimular o exercício do controle social, corroborando com a afirmação de que “mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população” (PLATT NETO et al, 2007, p. 77).

Para Figueiredo e Santos (2014, p. 77) “as entidades públicas têm o dever de promover a transparência de sua administração e a sociedade tem o direito ao acesso e o acompanhamento da administração pública, como forma de consolidação da cidadania”.

1.1 Problema de Pesquisa

A partir do exposto, evidencia-se que o pensamento da maioria dos autores é unânime quanto à transparência ser fundamental para o acompanhamento e fiscalização das ações governamentais, porém é perceptível que nem sempre há compreensibilidade nas informações divulgadas, que muitas vezes há falta de conhecimento sobre transparência, sobre os meios de buscar informações e sobre a importância de exercer o controle social.

Nesse contexto, o servidor público tem um papel importante, pois ele como cidadão inserido na Administração Pública pode auxiliar na transformação da cultura informacional

governamental, priorizando a transparência e conseqüentemente fortalecendo a democracia e a cidadania. Contudo, entende-se ser essencial que ele compreenda a transparência e sua correlação com o controle social, além de ter discernimento sobre acessibilidade comunicacional.

Com base nisso, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública.

1.3 Objetivos Específicos

- Verificar a motivação dos servidores na busca de informações públicas.
- Analisar a percepção dos servidores sobre o Portal da Transparência do Governo Federal no que tange a usabilidade e a acessibilidade comunicacional.
- Analisar como os servidores exercem o controle social em suas atividades.

1.4 Justificativa

A transparência pública aumenta o compromisso mútuo ente os cidadãos e o Poder Público e fortalece as relações democráticas, para tanto é importante que a gestão pública esteja assessorada por ferramentas que possibilitem a sociedade o acompanhamento da efetivação do controle social (SANTOS; ROCHA, 2019). Para Platt Neto e outros (2007, p. 76) “a participação popular, alicerce do controle social, depende fortemente da transparência das ações governamentais e das contas públicas, pois sem informações as decisões são prejudicadas”.

Nesse sentido, para que a participação popular aconteça e que o cidadão exercera efetivamente o controle das ações governamentais é essencial que ele tenha discernimento sobre as informações divulgadas. A informação divulgada deve ser completa, objetiva,

confiável e de qualidade, além de seguir os padrões de acessibilidade comunicacional (ALÓ, 2009).

A transparência é um tema atual, relevante e impactante para toda a sociedade. Os servidores públicos, que normalmente têm facilidade de acessar as informações públicas, podem e devem usá-las para o acompanhamento e a fiscalização das ações governamentais no país e no órgão que exercem suas funções, inclusive.

Assim sendo, o presente estudo justifica-se diante da importância de saber o que realmente os servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior compreendem sobre o tema, além de fortalecer a prática da participação social nas ações da Administração Pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta conceitos que visam aprofundar os aspectos teóricos para melhor compreensão deste estudo. Foram abordados os seguintes temas: A Administração Pública e a Transparência, O Portal da Transparência do Governo Federal, A Acessibilidade Comunicacional no Portal e O Controle Social.

2.1 A Administração Pública e a Transparência

A expressão administração pública é definida por Misoczky (2014, p. 5) como “a prática da gestão em organizações públicas e um campo de estudos que inclui como objetos a administração de organizações públicas e a análise da formação de políticas públicas, incluindo aqui práticas sociais e relações políticas entre coletivos e organizações”.

Meirelles (2001, p. 59) conceitua Administração Pública:

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A Administração não pratica atos de governo; pratica, tão somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.

Para Salm e Menegasso (2009, p. 103) é um “conjunto de conhecimentos e de estratégias em ação para prover os serviços públicos - bem comum - para o ser humano, considerado em suas múltiplas dimensões e como cidadão participe de uma sociedade multicêntrica articulada politicamente”.

Do ponto de vista funcional e organizacional, Medauar (2016, p. 64) conceitua:

No aspecto funcional, Administração Pública significa um conjunto de atividades de Estado que auxiliam as instituições políticas de cúpula no exercício das funções de governo, que organizam a realização das finalidades públicas por tais instituições e que produzem serviços, bens e utilidades para a população [...]. Sob o ângulo organizacional, Administração pública representa o conjunto de órgãos e entes estatais que produzem serviços, bens e utilidades para a população, coadjuvando as instituições políticas de cúpula no exercício das funções de governo.

Quanto à perspectiva histórica, verifica-se que a Administração Pública, a qual não pode ter seus princípios confundidos com o da administração privada, evoluiu através de três

modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, abaixo uma breve exploração dos aspectos pertinentes a cada período.

- **Modelo Patrimonialista:** Esse modelo predominou no Brasil até 1930, nele os governantes consideram o Estado seu patrimônio, dispondo dos bens públicos como sendo de sua propriedade, toda a estrutura do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano. Bresser-Pereira (1998) afirma que nesse tipo de administração a corrupção e o nepotismo são comuns.

- **Modelo Burocrático:** Implementado no Brasil durante o Governo Vargas com o objetivo de suprimir o modelo Patrimonialista, de modo a organizar e racionalizar a Administração Pública brasileira, orienta-se pelo cumprimento às normas, à formalidade e ao profissionalismo, ou seja, a igualdade sendo manifestada por meio de regras formais.

Para Silva (2013) os ideais democráticos foram propulsores nessa transição entre os modelos de administração, pois passaram a pressionar para que houvesse uma Administração Pública profissionalizada, sem a pessoalidade do modelo Patrimonialista, com tratamento igualitário entre os administrados.

- **Modelo Gerencial:** Esse modelo surge com o objetivo de corrigir as disfunções da burocracia, por volta da segunda metade do século XX, em consequência dos avanços tecnológicos e da necessidade do Estado em competir a níveis de igualdade social e econômica com outros países. No gerencialismo a ideia é que o Estado funcione como uma empresa, que se caracteriza pela eficiência nos serviços, na avaliação de desempenho e no controle dos resultados. Bresser-Pererira (1998) afirma que esse tipo de administração parte do princípio de que é preciso combater o nepotismo e a corrupção, mas que, para isso, não são necessários procedimentos rígidos.

Depreende-se que no modelo gerencial a “ênfase está no cidadão e nos resultados, exigindo-se do gestor público eficiência, transparência e, sobretudo, qualidade na prestação dos serviços públicos e no exercício das funções estatais” (SLOMSKI et al, 2010, p. 941). Assim a exigência de transparência e eficiência faz com que a publicidade na Administração Pública esteja pontualmente ligada com a governança pública e 8a transparência governamental.

A publicidade, como já mencionado, é um dos princípios da Administração Pública estabelecido na Constituição Federal de 1988, já a transparência, por sua vez, é concretizada na LRF, que define transparência como um dos princípios da gestão fiscal e estabelece, em seu artigo 48, os instrumentos de transparência e determina que a eles seja dada ampla

divulgação (BRASIL, 2000). A partir de então, outros dispositivos legais relacionados à transparência foram promulgados, entre eles, pode-se destacar a LAI, que tem o objetivo de garantir aos cidadãos acesso aos dados oficiais de todos os órgãos e entidades públicas dos três níveis de governo, incluindo as autarquias, fundações, empresas públicas e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos (BRASIL, 2011).

“No entanto, é necessário ressaltar que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É preciso que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas” (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009, p.104), ou seja, além da ampla divulgação dos dados públicos, as informações disponibilizadas devem ser claras, objetivas e de fácil entendimento.

Para Platt Neto e outros (2007), a iniciativa de transparência na Administração Pública, contribui para o exercício da cidadania, transmite confiança e demonstra responsabilidade de gestão. Esse pensamento corrobora com a afirmação de que “a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado, depois do poder de representação que lhes foi confiado” (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009, p.104).

Nesse contexto, infere-se que a transparência deve expor todas as ações desenvolvidas pela Administração Pública, de maneira que os cidadãos tenham acesso e entendam o que os gestores governamentais têm executado na Administração Pública.

2.2 O Portal da Transparência do Governo Federal

O Portal da Transparência do Governo Federal, criado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) em 2004, é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública no Brasil (CGU, 2021). O Portal dá detalhamento e transparência às informações relacionadas ao Poder Executivo e à esfera federal, dentro desse universo, são disponibilizados dados sobre orçamento anual, receitas e despesas, recursos transferidos, programas de governo, benefícios ao cidadão, servidores público, licitações, contratos, entre outros (CGU, 2021).

Com o objetivo de atender de forma mais eficiente o cidadão e as obrigações com a transparência, o Portal passou por uma reformulação em 2018, desde então, segundo a CGU (2021, n.p.) é disponibilizada “formas diversas de apresentação dos dados, mecanismo de

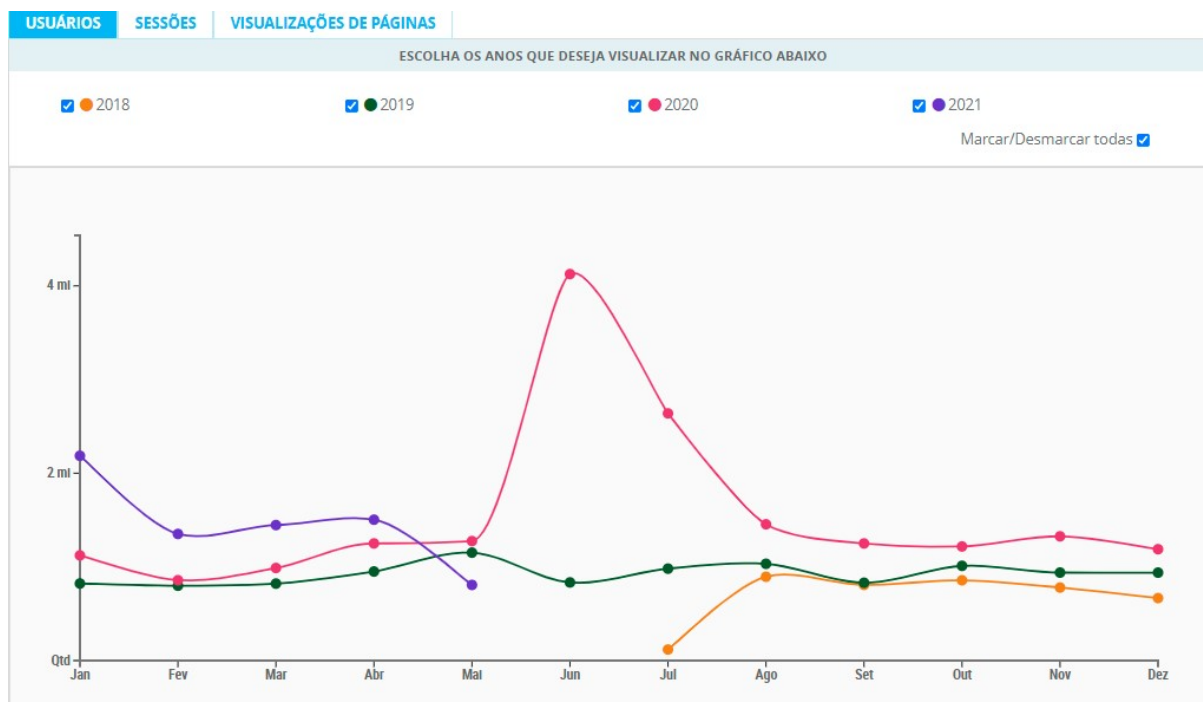
busca integrado e intuitivo, melhor usabilidade, mais recursos gráficos, integração com redes sociais, maior e melhor oferta de dados abertos, adequação a plataformas móveis, maior interatividade”. Os dados divulgados no Portal são provenientes de diversas fontes de informação, como por exemplo, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), as bases de benefícios sociais, entre outras (CGU, 2021).

O portal da transparência proporciona ao cidadão conhecer, acompanhar e fiscalizar o uso do dinheiro público, porém ele não se restringe só isso:

é visível que o escopo do Portal se ampliou, extrapolando a visão sobre o dinheiro público para uma visão sobre o emprego de recursos públicos. Além das informações sobre as despesas – e também receitas –, o Portal agora informa sobre imóveis funcionais, quadro de servidores, pessoas e organizações impedidas de fazerem contratos com a administração pública (NEVES, 2013, p. 6).

Com a ampliação da transparência pública e maior disponibilização de informações, cresce a cada ano o número de usuários do Portal da Transparência do Governo Federal, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Gráfico de acessos por usuário



Fonte: CGU, 2021.

Depreende-se que a criação do portal da transparência possibilitou aos cidadãos o acesso a informações públicas sem a necessidade de apresentar motivos formais para obtê-las

e assim tornou-se, conforme afirmação de Neves (2013), um instrumento de controle social, visto que permite aos cidadãos acompanhar a arrecadação e os gastos públicos, analisar as empresas contratadas pela Administração Pública, verificar a transferência dos recursos para os municípios e programas governamentais, assim como conhecer nominalmente os beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

2.2.1 A Acessibilidade Comunicacional no Portal

Ventura e Siebra (2015) afirmam que com a publicação da LAI surgiu uma nova demanda social de acesso e uso das informações, com isso todo órgão público precisou adequar seus recursos tecnológicos, físicos e humanos para o atendimento tanto da transparência passiva (atendimento às demandas da sociedade), quanto da transparência ativa (iniciativa do setor público na divulgação de suas informações na internet). Contudo, as autoras afirmam que

é preciso observar que a disponibilização de informações públicas na *internet* exige a utilização de padrões que possibilitem que tais informações possam ser efetivamente acessadas e compreendidas, de modo que seja permitido o efetivo exercício desse direito para todo cidadão, independente do tipo de usuário ou de suas limitações. Assim, o uso dos padrões da e-acessibilidade coloca-se como requisito necessário para que o conteúdo informacional disponível nos portais de transparência ativa seja acessível para todo e qualquer cidadão que dessas informações necessite (VENTURA; SIEBRA, 2015, p. 72).

O Portal da Transparência do Governo Federal apresenta-se como o principal canal de divulgação das informações públicas relacionadas à esfera federal. Assim torna-se indispensável que ele possua acessibilidade comunicacional, ou seja, que ele apresente uma linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, com vistas a aumentar o entendimento das informações (PLATT NETO et al, 2007).

Para Graciola (2014) a acessibilidade comunicacional faz referência ao pleno acesso à comunicação interpessoal, escrita e virtual, garantindo a inexistência de barreiras na comunicação e no acesso à informação e ao conhecimento. A autora também afirma que é “necessário mais esforços no sentido de buscar, elaborar e utilizar instrumentos e recursos acessíveis disponíveis para tornar a comunicação um elo de integração e inclusão social” (GRACIOLA, 2014, p. 57).

Gomes, Freire e Sales (2017) no estudo sobre usabilidade e acessibilidade nos portais de institutos de previdência municipais da Paraíba, identificaram que é perceptível a

necessidade de adequação dos portais, visto que nenhum cumpre todas as premissas estabelecidas em lei. Todos os portais analisados pelos autores apresentaram resultados insatisfatórios quanto a sua acessibilidade.

Ribeiro e Silva (2020) analisaram a acessibilidade no portal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e identificaram que alguns princípios de acessibilidade comunicacional foram violados, que a maioria dos erros encontrados no portal aponta para barreiras à percepção do usuário, seguidos por erros de robustez, de operação e de compreensão. Os autores afirmam que os problemas de acessibilidade encontrados no portal “podem ter surgido por equívocos, falta de atenção ou mesmo por desconhecimento sobre acessibilidade durante a programação do sistema” (RIBEIRO; SILVA, 2020, p. 17).

2.3 O Controle Social

O controle social “é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados” (CGU, 2021). Para Silva (2010) é o controle exercido pelos cidadãos na forma de reivindicação ou contestação dos atos das autoridades públicas de forma livre e direta, individualmente ou por meio de organizações, essa colocação corrobora com a afirmação de que “o controle social é o conjunto de ações, individuais ou coletivas, que a sociedade realiza de forma cotidiana, pressionando os governos no atendimento de suas demandas, acompanhando e controlando as políticas públicas, desde sua formulação até a sua implementação” (BRAGA, 2012, p. 4).

Nesse contexto, infere-se que os cidadãos podem interceder nas decisões das autoridades públicas e orientar sobre quais ações são mais convenientes ao interesse público, exigindo dessas autoridades uma prestação de contas das ações realizadas, ou seja, “a sociedade deve participar no acompanhamento e controle da gestão pública, interagindo com o governo, podendo solicitar deste informações de seu interesse, a qualquer momento” (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014, p. 75).

Existem diversos instrumentos que possibilitam ao cidadão exercer o controle social e atuar junto ao Poder Público, como por exemplo, portais da transparência, audiências públicas, conselhos municipais, orçamento participativo, entre outros. Figueiredo e Santos (2014) afirmam que para o cidadão usufruir desses instrumentos de controle social é preciso treiná-los, que é fundamental capacitar o cidadão para o exercício do controle social e que o

poder público precisa apresentar a função desses instrumentos, destacando suas atribuições, objetivos e finalidades.

O cidadão conhecendo e usando os instrumentos de controle social “visa a pressionar as instituições a serem mais ágeis e transparentes e também a propiciar um suporte de legitimidade às decisões de direção. Trata-se de instância política da comunidade de usuários de um serviço público” (PIRES, 2011, p. 61).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento deste estudo, que tem como propósito analisar a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública. A metodologia adotada é descrita em Tipo de Pesquisa, Técnicas de Coleta dos Dados e Técnica de Análise dos Dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Diante do objetivo deste estudo, optou-se pela realização de uma pesquisa de tipologia qualitativa de natureza descritiva, visto que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995, p. 62). Já a natureza descritiva, conforme Gil (2002), tem como principal função a de descrever as características de determinado fenômeno ou população, bem como identificar possíveis relações entre as variáveis.

Segundo Minayo e outros (2002), uma pesquisa qualitativa estuda fenômenos humanos a partir de uma realidade social partilhada entre semelhantes, que não pode ser quantificada, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Para Richardson (1999) o método qualitativo engloba dinamicamente o ambiente natural e o sujeito, ou seja, a análise dos dados é concomitante ao que está ocorrendo e os resultados são apresentados de forma descritiva, sendo o objetivo do pesquisador apreender como determinado fenômeno ocorre do ponto de vista dos atores envolvidos.

3.2 Técnicas de Coleta dos Dados

O instrumento essencial utilizado para a coleta de dados desta pesquisa foi à entrevista, que de acordo com Gil (2008, p. 109) pode ser definida “como a técnica que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”. O autor ainda afirma que entrevista é uma técnica muito eficiente para se obter com profundidade as informações a respeito do comportamento humano (GIL, 2008).

A entrevista pode ser estruturada, não estruturada e semiestruturada. A estruturada segue um padrão mais rígido e as perguntas são previamente formuladas, a não estruturada o tema proposto é abordado livremente e a semiestruturada faz a articulação entre as duas outras modalidades (MINAYO et al, 2002). Nesse contexto, optou-se pela semiestruturada, que permitiu um roteiro previamente elaborado, mas não eliminou a liberdade de a pesquisadora incluir novas perguntas no decorrer da entrevista com o objetivo de aprofundar nas respostas dos entrevistados.

O roteiro da entrevista — apresentado no Apêndice deste estudo — foi estruturado por dez perguntas diretamente relacionadas à Transparência Pública, Portal da Transparência do Governo Federal e Controle Social. Os entrevistados foram os servidores técnicos administrativos da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior. A Gerência Administrativa é responsável por toda a gestão institucional administrativa da Unidade, vinculada e subordinada hierarquicamente à Direção da Unidade, estruturada pelas divisões administrativa, financeira, recursos humanos, infraestrutura, acadêmica e informática, composta por uma equipe de oito servidores ocupantes dos cargos de Assistente em Administração e Técnico de Tecnologia da Informação. A escolha da Gerência Administrativa foi realizada devido à conveniência e oportunidade de acesso aos entrevistados, ao todo, foram entrevistados cinco servidores, que passaram informações ricas e suficientes, saturando o tema a ser analisado.

As entrevistas foram realizadas de forma on-line na segunda semana de junho de 2021, foi utilizado o sistema de videoconferência Mconf, que possibilitou a interação por meio de vídeo, áudio e chat, assim como permitiu a gravação das entrevistas. Todos os entrevistados concordaram com o termo de consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa e divulgação dos dados, sendo que suas falas, visando o anonimato dos participantes, serão identificadas ao longo do texto como Entrevistado A, B, C, D e E.

3.3 Técnicas de Análise dos Dados

Os dados coletados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo, que visa à interpretação dos dados de caráter qualitativo, em que a descrição seja objetiva, organizada e com riqueza de detalhes (GUERRA, 2014). É possível por meio da análise de conteúdo, conforme Minayo e outros (2002), encontrar respostas para as questões formuladas, confirmando ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação, assim

como descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos e ir além das aparências do que está sendo comunicado.

A análise de conteúdo abrange as seguintes fases: pré-análise, que é a organização do material a ser organizado; exploração do material, que é a fase mais longa, a qual se analisa os dados minuciosamente; tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que é o momento de tentar descobrir o que está por trás de cada resposta (MINAYO et al, 2002).

Nesse sentido, a pré-análise desta pesquisa foi realizada, primeiramente, pela transcrição das gravações em documento de texto, no segundo momento, as respostas de cada entrevistado foram organizadas lado a lado em uma planilha, relacionando-as e procurando identificar nelas tendências e padrões significativos para o estudo, em conjunto com os conteúdos do referencial teórico. Na exploração do material, analisou-se cada entrevista individualmente, depois passou-se a analisar os dados da planilha, que possibilitaram a comparação e a conexão entre as respostas de cada entrevistado. Foi possível identificar trechos na fala de cada entrevistado, que expressavam com clareza a percepção dele sobre a questão abordada. Em posse de todos os resultados encontrados foi possível analisar e interpretar a percepção dos servidores acerca da transparência pública, culminando na conclusão presente no capítulo final deste estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo trata da apresentação e a análise dos resultados coletados a partir de entrevistas, que possibilitaram fazer algumas inferências sobre a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública. Os resultados encontrados estão organizados em cinco seções, a primeira descreve o perfil dos entrevistados e as seguintes os resultados encontrados, conforme os objetivos deste estudo.

4.1 Perfil dos Entrevistados

O perfil dos entrevistados foi composto por três participantes do gênero feminino e dois do masculino. A faixa etária dos entrevistados está entre os 33 e os 51 anos de idade, uma média de 40 anos. Os entrevistados ocupam majoritariamente o cargo de Assistente em Administração, sendo apenas um participante ocupante do cargo de Técnico de Tecnologia da Informação, todos desempenham função de chefia em suas respectivas divisões. A escolaridade predominante dos entrevistados é o nível superior completo. O tempo de serviço público médio dos entrevistados é de seis anos, sendo o maior tempo de doze e o menor de três anos.

4.2 A Motivação dos Servidores na busca de Informações Públicas

O intuito desta seção é verificar a motivação dos servidores entrevistados na busca de informações públicas, assimilando o discernimento que eles têm sobre transparência pública.

Os entrevistados foram questionados sobre a finalidade da transparência pública, obtendo-se como resposta unânime, entre os respondentes, que ela é um meio de evitar a corrupção, destacando a fala do Entrevistado E, *“acho que a principal função da transparência é dar conhecimento a população de tudo o que é gasto com os recursos públicos para que se evite a roubalheira, a corrupção”* e do Entrevistado A, *“se a aplicação dos recursos tiver um trajeto transparente, desde a origem até a aplicação, com certeza a transparência será um dificultador para corrupção”*. O Entrevistado C, argumenta que *“a publicidade é um dos princípios constitucionais, então a finalidade da transparência é essa, é dar publicidade aos atos do governo”*, corroborando com a ideia do Entrevistado A, que também relaciona a transparência ao princípio constitucional da publicidade, dizendo: *“é um*

princípio constitucional basilar do serviço público e também serve para garantir que todos os outros princípios basilares sejam respeitados". Esses pensamentos vão ao encontro da afirmação de Slomski e outros (2010, p. 941) quando eles dizem que na nova Administração Pública está "exigindo-se do gestor público eficiência, transparência e, sobretudo, qualidade na prestação dos serviços públicos e no exercício das funções estatais".

Relacionando a transparência aos recursos públicos, o Entrevistado D coloca: "*temos o direito de saber o que acontece no serviço público, principalmente em termos de valores, todos os valores que circulam no governo vêm dos nossos impostos, então temos o direito de saber o que é feito com a nossa contribuição*". Ainda, seguindo na sua explanação, ele menciona, "*eu entendo que a transparência é a possibilidade de nós podermos controlar e de alguma forma questionar o que está sendo feito*". Essa questão de transparência na arrecadação e nos gastos públicos que pode proporcionar aos cidadãos maior controle das contas públicas, como mencionado anteriormente pelo Entrevistado D, reafirma a ideia que "sob qualquer prisma que se observe a relação entre o Estado e seus cidadãos, não é possível olvidar-se da necessidade de prestação de contas ampla e transparente por parte dos agentes públicos, possibilitando avaliação sobre o desempenho dos gestores públicos" (SLOMSKI et al, 2010, p. 941).

O Entrevistado B acredita que na questão da transparência pública falta divulgação por parte do governo, para ele "*da mesma forma que fazem campanha política, deveriam fazer campanhas abrangendo a transparência*", o que pode ser complementado pela fala do Entrevistado A, "*acredito que o cidadão em geral não tem o acesso adequado, tem pouco estímulo para ir atrás e entender como é que funciona o orçamento, por exemplo*". Essas colocações reforçam a afirmação de que mesmo tendo inúmeras leis com objetivo de proporcionar maior transparência nas informações públicas, o Brasil ainda está longe de alcançar um nível de excelência nesse assunto (SANTOS; ROCHA, 2019).

Questionando os entrevistados de como seria o seu conhecimento sobre transparência pública, caso não fossem servidores públicos, apenas o Entrevistado D demonstrou que o conhecimento seria o mesmo: "*sou uma pessoa bem curiosa, sempre fui. Eu já costumava fazer pesquisas antes de entrar para o serviço público. Sempre pesquisei as informações que julgava importante, por curiosidade mesmo, mas eu tenho certeza que isso não é natural para todos*". É possível perceber que realmente essa curiosidade por informações públicas não é natural para todos, em relatos como: "*Na verdade eu acho que eu sendo ou não servidor, o meu conhecimento sobre transparência não é muito*" (Entrevistado C); "*Eu acho que seria só pela imprensa*" (Entrevistado E); "*Eu nem me coloco como servidor ou não servidor, a minha*

posição é a mesma, é como cidadão. Se eu não fosse servidor meu conhecimento seria o mesmo, pouco” (Entrevistado B). Ainda assim, é possível perceber que o exercício da função pública, tendo o servidor conhecimento ou não sobre transparência, acaba de alguma forma aproximando-o do tema, como afirma o Entrevistado C, *“a minha proximidade com a transparência aconteceu devido a uma atividade de trabalho, que fez eu ter contato com a LAP”* e como relata o Entrevistado A, *“eu sei mais hoje do que antes, até porque faz parte da nossa função do dia a dia”*.

Um ponto de destaque, ainda sobre o conhecimento dos servidores acerca da transparência pública, foi às observações de dois entrevistados: *“estou cursando uma pós em administração pública e não tive nenhum módulo referente à transparência pública, sendo que esse é um assunto relevante que deveria ser abordado”* (Entrevistado C) e *“tive que estudar o assunto para prestar o concurso público, tive que me debruçar sobre as legislações e a constituição”* (Entrevistado A).

Nesse sentido, constata-se que os servidores entrevistados carecem de estímulos para ampliar seu conhecimento sobre a transparência pública e que cabe ao Estado *“ampliar sua transparência ativa, disponibilizando, independente de solicitação, as informações que são de interesse e de direito de conhecimento da população”* (AMORIM; STADLER, 2019, p. 264).

No seguimento da entrevista, indagou-se os entrevistados sobre os seus acessos ao Portal da Transparência do Governo Federal e qual o tipo de informações públicas eles buscam. Os Entrevistados A, B e C afirmam nunca ou raramente acessar o Portal com os seguintes relatos: *“Eu confesso que uso pouco ou quase nada, deveria usar mais. Normalmente eu procuro as informações nos veículos jornalísticos”* (Entrevistado A); *“Não costumo usar, é muito raro”* (Entrevistado B); *“Na verdade eu não costumo entrar no Portal da Transparência”* (Entrevistado C), esclarecendo que as vezes que acessou o Portal foi por curiosidade, para verificar cargos e salários, assim como para verificar se uma pessoa específica estava recebendo o auxílio emergencial¹.

Assim como o Entrevistado C, os Entrevistados D e E também citaram a busca por cargos e salários, mas demonstraram realizar buscas mais detalhadas por informações públicas, como é possível perceber nas seguintes colocações: *“Pesquise decretos e portarias, coisas desse tipo, não só como servidor público, mas como cidadão. Quando sai uma lei nova, eu vou procurar, quero saber do que se trata exatamente”* (Entrevistado D); *“Na época em que a*

¹ O auxílio emergencial é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

caixa preta do BNDES² estava em evidência, eu procurei por informações, pesquisei o livro verde do BNDES, que é a transparência deles” (Entrevistado E).

Constata-se que para os entrevistados a maior finalidade da transparência pública é evitar a corrupção e que o exercício da função pública, independente de interesse do servidor, proporciona o conhecimento e amplia o entendimento que o servidor público possui acerca da transparência pública. Também ficou evidente que os servidores entrevistados carecem de estímulos para buscar as informações públicas, visto que a maioria dos entrevistados afirmou raramente buscar por essas informações e que seu principal meio de conhecimento são as notícias divulgadas pela imprensa, assim como demonstraram certa insatisfação com a exteriorização desse tema advinda do governo. Essa constatação pode ser um sinal de que há falhas, por parte do Estado, na divulgação das informações públicas, visto que para Cruz, Silva e Santos (2009) é obrigação do Estado assegurar a todos o direito de ter acesso às informações governamentais, sejam elas de interesse particular ou de interesse coletivo.

O quadro 1 apresenta um resumo das perguntas e as principais respostas dos entrevistados.

Quadro 1 – Resumo da Seção 4.2

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Finalidade da transparência pública.	Evitar a corrupção. Publicidade e cumprimento dos princípios constitucionais. Controle e fiscalização.
Conhecimento sobre transparência, caso não fosse servidor público.	Igual. Menor.
Acesso ao Portal da Transparência.	Raramente. Nunca.
Informações buscadas no Portal.	Cargos e salários. Servidores.

Fonte: elaborado pela autora.

4.3 A percepção dos Servidores sobre o Portal da Transparência do Governo Federal

O intuito desta seção é analisar a percepção dos servidores entrevistados sobre o Portal da Transparência do Governo Federal no que tange a usabilidade e a acessibilidade comunicacional.

² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira (BNDES, 2021).

Segundo a CGU (2021), o Portal é intuitivo, interativo e de boa usabilidade, então os entrevistados foram questionados de como eles consideram esses aspectos no Portal. Nesse ponto uma contradição foi percebida, enquanto o Entrevistado D afirma que o Portal não é intuitivo, que é uma página um pouco confusa, os entrevistados C e E demonstram opinião contrária: “*Acho o leiaute da página muito bom e o legal é que agora as informações estão divididas em abas*” (Entrevistado C) e no final da sua explanação, ainda sustenta que comparando a outras páginas do serviço público, o Portal é muito interativo; “*Acho o Portal bem interessante, é só fazer a busca pelo nome ou por alguma coisa e ele já te enumera, é como pesquisar no Google*” (Entrevistado E).

Seguindo esse raciocínio a pergunta foi aprofunda, questionando como eles analisavam a linguagem e os termos utilizados no Portal, o Entrevistado C afirma: “*uma pessoa leiga consegue entrar e visualizar as informações facilmente, inclusive é possível ver os dados em forma de gráficos, o que facilita a análise*”. Os Entrevistados D e E demonstram possuir o mesmo parecer do Entrevistado C, porém ressaltam que é preciso ter o mínimo de conhecimento sobre o assunto pesquisado: “*Não acho que seja muito complexo, mas precisa ter um mínimo de conhecimento daquilo que está buscando*” (Entrevistado D); “*A linguagem utilizada, em parte, é muito juridiquês, principalmente no que se refere ao orçamento público, na maioria das vezes tem que ter alguém com mais conhecimento para explicar*” e finaliza sua explanação afirmando que “*essas palavras bonitas colocadas no Portal, a maioria das pessoas não entende*” (Entrevistado E). Essa percepção do Entrevistado E vai de encontro a um dos objetivos da LAI, que “*determina a disponibilização de informações compreensíveis, acessíveis e de fácil dedução, de forma que exija menos esforço cognitivo ao cidadão*” (VENTURA; SIEBRA, 2015, p. 73).

A respeito da acessibilidade comunicacional no Portal, os entrevistados foram indagados se os recursos disponíveis no Portal estão adequados a qualquer limitação. A partir dos relatos foi possível constatar que os entrevistados não estão atentos aos recursos de acessibilidade comunicacional e que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema. Tanto que, após fazer a pergunta utilizando o termo acessibilidade comunicacional, houve uma pausa de reflexão por parte dos entrevistados.

Essa constatação de que os entrevistados possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre acessibilidade comunicacional é validada em relatos como: “*Eu não sou capaz de opinar, vou te dizer que na questão da acessibilidade eu nem me preocupei em analisar, olha que horror!*” (Entrevistado C), demonstrando preocupação com essa falta de conhecimento. O Entrevistado D afirma que “*esse novo Portal do Governo está um pouco mais amigável, mas*

ainda assim ele é um pouco difícil”, então a pesquisadora indagou se ele, que não possui limitações, considera a página de difícil uso, como seria a usabilidade para uma pessoa com limitações e a resposta foi: *“seria difícil com certeza”*. O Entrevistado E ao argumentar que *“está adequado, pelo menos tem certa acessibilidade ali, o aumento de letras e libras. Eu nunca utilizei, mas eu vi que tem. Não sei se funciona, mas a princípio se está lá é para funcionar”*, demonstra que mesmo com pouco conhecimento, observou um pouco mais os recursos disponibilizados no Portal, comparando aos outros entrevistados. Diante dessas colocações, percebe-se que mesmo existindo legislações importantes com o objetivo de instigar a acessibilidade e o acesso à informação, há uma lacuna entre o que as leis determinam e a realidade (VENTURA; SIEBRA, 2015).

Constata-se que entre os servidores entrevistados o uso e o conhecimento acerca do Portal da Transparência do Governo Federal são mínimos, desconhecendo até mesmo os recursos disponíveis na ferramenta. Durante a entrevista observou-se algumas pausas e expressões de reflexão nos entrevistados para conseguirem responder aos questionamentos, inclusive dois entrevistados (A e B) afirmaram não ter conhecimento o suficiente para responder as perguntas, com os seguintes relatos: *“Te peço desculpas, mas não vou saber responder, inclusive pensei: não adianta eu olhar agora [o Portal], pois estaria manipulando a tua pesquisa”* (Entrevistado A); *“Na realizada eu não sei, não tenho muito conhecimento sobre o Portal”* (Entrevistado B). Diante disso, infere-se que *“o cidadão deve receber treinamento adequado, para que possa usufruir dos instrumentos de transparência disponíveis para sua consulta”* (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014, p. 78).

O quadro 2 apresenta um resumo das perguntas e as principais respostas dos entrevistados, referente ao Portal da Transparência do Governo Federal.

Quadro 2 – Resumo da Seção 4.3

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Percepção do Portal da Transparência: interação, intuição e usabilidade.	Boa e fácil. Não intuitivo e confuso.
Percepção do Portal da Transparência: linguagem.	Boa. Necessário conhecimento prévio sobre o assunto pesquisado.
Percepção do Portal da Transparência: acessibilidade comunicacional.	Não possui conhecimento. Pouca e difícil.

Fonte: elaborado pela autora.

4.4 Os Servidores e o exercício do Controle Social

O intuito desta seção é analisar como os servidores entrevistados, que também são cidadãos, exercem o controle social nas suas atividades e como participam das ações de gestão na Universidade. Indagando-os, inicialmente, sobre como a transparência nas informações públicas pode auxiliar no controle social.

O Entrevistado D entende que a transparência é um complemento para o controle social, mas não a considera um estimulante para o exercício do controle social e cita como exemplo o portal da transparência: *“Se a pessoa já tem o intuito de exercer o controle, o portal vai complementar isso dando acesso às informações, mas estimular o controle, não”*. O entrevistado C também relaciona a transparência e o controle social ao portal da transparência com a seguinte colocação: *“Antigamente os dados não eram públicos, mas agora com o portal todas as informações estão disponíveis, facilitando o controle pelo cidadão”*, enfatizando que a transparência é o caminho para o controle, pois ela auxilia na identificação de fraudes. Tais relatos evidenciam que *“o portal da transparência vem contribuir para fundamentar e munir o povo para diante do conhecimento sobre as distribuições dos recursos e diante das informações disponibilizadas poder cobrar as carências”* (SANTOS; ROCHA, 2019, p. 902).

O Entrevistado B diz apenas que a transparência auxilia o controle social mostrando o que está sendo feito, justificando na sequência sua resposta rasa: *“eu sou bem desligado para essas questões políticas, acho que inconscientemente eu acabo deixando de lado essa questão do controle, acredito que vai de pessoa para pessoa”*. Dois entrevistados relacionaram o controle social diretamente ao controle dos recursos financeiros, o Entrevistado E coloca que a transparência é muito importante para o controle social, pois proporciona que a sociedade se torne fiscal dos recursos públicos, enfatizando que *“a sociedade deve sim ser um agente fiscalizador”*. O Entrevistado A salienta que *“o cidadão tem que ter conhecimento de tudo o que está acontecendo na gestão dos recursos públicos”* e afirma que com certeza a transparência pode auxiliar no exercício do controle social, citando como exemplo o fato de o cidadão poder opinar nos projetos legislativos que estão em curso no Senado Federal (via internet), o que é um benefício resultante da transparência.

No que tange ao controle social nas atividades desenvolvidas pelos servidores, indagou-se de que modo os entrevistados acompanham as políticas de gestão e o uso dos recursos financeiros na sua Unidade Acadêmica e na Universidade de modo geral. O Entrevistado E declara que acompanha apenas as informações relacionadas à Unidade

Acadêmica, com o seguinte relato: “*eu só acompanho aqui na Unidade, as informações que vão no site, não acompanho tudo da Universidade*”. Outros três entrevistados também fizeram afirmações nesse sentido: “*Acompanho bem superficialmente, eu não sou uma pessoa que tem o hábito de fiscalizar no âmbito da Universidade, agora aqui na Unidade sim*” (Entrevistado C); “*Acompanho aqui na Unidade pelas informações que a divisão financeira repassa, na Universidade eu nunca parei para analisar as ferramentas de transparência*” (Entrevistado D); “*O meu acompanhamento é mais centrado na Unidade, no dia a dia, o que acaba de certa forma sendo na Universidade também*” (Entrevistado A). O Entrevistado B, alega ter iniciado sua carreira há pouco na Universidade e que ainda não faz nenhum acompanhamento desse tipo.

Buscando obter maiores informes contidos na fala dos entrevistados, a pesquisadora indaga se os entrevistados têm conhecimento de quanto é o orçamento financeiro da Universidade e da sua Unidade Acadêmica. Os cinco entrevistados afirmaram não saber o orçamento da Universidade, mas relataram ter certa noção sobre o orçamento da Unidade Acadêmica, exceto o Entrevistado B. Os relatos que evidenciam essa asserção são: “*O orçamento da Unidade sim, por uma questão do cargo, eu acabo sabendo o quanto de recursos temos, onde são gastos e tento acompanhar*” (Entrevistado C); “*O da Universidade não, mas o da Unidade sim. Inclusive sei que são duas fontes de recursos*” (Entrevistado A); “*Na unidade, devido à aproximação com a divisão financeira, eu tenho uma ideia, mas na Universidade se eu afirmar algo vou esta mentindo*” (Entrevistado D); “*Sinceramente eu não sei. Eu olho o da Unidade no site, mas o da Universidade eu não tenho ideia*” (Entrevistado E) e segue explanando que se o Governo Federal determinar um corte de 20% no orçamento da Universidade, por exemplo, ele não será capaz de quantificar esse valor.

Ainda buscando aprofundar sobre o exercício do controle social nas atividades dos servidores, a pesquisadora indagou se os entrevistados acompanham as pautas e decisões do Conselho Universitário e do Conselho da Unidade. Dentre os cinco entrevistados, apenas o Entrevistado A demonstrou acompanhar ambos os Conselhos por iniciativa própria sem que isso fosse imposto, de alguma forma, pelo cargo ou pelas atividades desenvolvidas, declarando: “*Acompanho sim, estou sempre em contato com os conselheiros da Unidade, sempre que possível leio as atas e quando posso participo das reuniões*”, já referente às pautas e reuniões do Conselho Universitário, afirmou que acompanha as decisões por meio das notícias oficiais publicadas no site da Universidade, finalizando com a seguinte frase, “*eu sempre procuro estar inteirado*” (Entrevistado A). O Entrevistado C tem suas atividades diretamente relacionadas ao Conselho da Unidade, então faz sua colocação referente ao

Conselho Universitário: *“Eu não acompanho, só se tiver algum debate que envolva minhas atividades, mas eu acompanhar porque estou com vontade de fiscalizar algo, eu não tenho esse hábito”*, mencionando inteirar-se das decisões por meio das notícias publicadas na página oficial da Universidade.

O acompanhamento das pautas e decisões de ambos os Conselhos apenas porque as decisões impactam nas atividades do servidor segue sendo citado pelos outros entrevistados: *“só acompanho quando tem algo relacionado às minhas atividades, quando tem alguma polêmica ou algo relacionado à “vida” dos técnicos”* (Entrevistado D). O Entrevistado E declara que somente acompanha quando por algum motivo participa da reunião, referindo-se ao Conselho da Unidade e o Entrevistado B relata que não acompanha as políticas de gestão, mas assiste as reuniões do Conselho da Unidade para conhecer e entender como tudo funciona, visto que ingressou recentemente na Universidade.

Percebe-se pelas declarações dos entrevistados que eles possuem um conhecimento superficial acerca do controle social e que a sua participação nas ações de gestão da Universidade são mínimas. Isso evidencia que *“é importante capacitar o cidadão para o exercício do controle social”* (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014, p. 78).

Desse modo, os entrevistados foram estimulados pela pesquisadora a explanar sobre a importância de o servidor público acompanhar e fiscalizar as ações do órgão onde exercem suas atividades e o posicionamento de todos os entrevistados foi congruente no sentido de que o servidor público deve e precisa exercer esse controle. Isso é percebido em relatos como: *“Você faz parte da Instituição, tem que saber, nem que seja por cima, se os recursos estão sendo gastos de forma correta para poder cobrar e graças à transparência isso é possível”*, seguindo nesse raciocínio o entrevistado ainda afirma que *“se cada um controlar um pouquinho que seja, todos se tornam um agente fiscalizador”* (Entrevistado E); *“Precisamos manter a prevalência, a primazia dos princípios que nos norteiam e temos sempre que buscar conhecê-los para aplicar corretamente, temos que conhecer as nossas obrigações, fiscalizar as próprias ações e educar os outros se for preciso”* (Entrevistado A). O Entrevistado D coloca que *“é importante esse acompanhamento, principalmente quando se tem um volume grande de recursos envolvido. É importante nós sabermos para onde está indo esse recurso, até para evitar o envolvimento em problemas sem querer”*, consoante ao relato do Entrevistado B que afirma ser *“importante o servidor saber da onde vem os recursos, como é que estão sendo usados, onde está sendo empregado e quais são as prioridades”*. O Entrevistado C entende que primeiramente deve haver maior envolvimento dos servidores públicos na gestão do órgão e comenta: *“aqui na Universidade, por exemplo, o envolvimento*

pode começar pela participação no Conselho Universitário, pela busca de maiores informações sobre o orçamento”.

Ainda, discorrendo entre servidor público e controle social, os entrevistados foram questionados de como o servidor público pode ajudar a despertar o interesse da sociedade em acompanhar e fiscalizar as ações da Administração Pública. Nesse ponto, todos os entrevistados concordam que o servidor público pode exercer o papel de intermediário entre a Administração Pública e o cidadão comum, colocando-se a disposição da sociedade para explicar o que é a transparência pública e os benefícios que ela proporciona.

O Entrevistado A acredita que uma forma de despertar o interesse da sociedade é o servidor público explicar detalhadamente cada situação, esclarecer que existe uma lei regulamentando cada procedimento, que não é possível o servidor ou o Órgão agir de forma adversa ao que está determinado, salientando que *“é preciso trazer o conhecimento da nossa atuação e compartilhar abertamente, de forma transparentemente”*, consoante ao comentário do Entrevistado B, que diz: *“No momento que o servidor tem uma clareza, uma consciência do seu papel, ele consegue levar isso para fora”*. O entrevistado C tem opinião semelhante e coloca: *“Acredito que com dialogo é possível motivar as pessoas a procurarem as informações, precisamos ajudar a divulgar essas coisas para que as pessoas se interessem. Não adianta os dados estarem disponíveis se as pessoas não sabem que eles estão lá”*. O Entrevistado D afirma que o servidor pode ajudar explicando e indicando os canais de transparência disponíveis, salientando que muitas pessoas, inclusive alguns servidores — principalmente os mais antigos — não tem esse conhecimento e explana: *“vale a pena estimularmos as pessoas a darem uma olhada, ter curiosidade para saber o que está acontecendo. Nós usamos a internet para tanta coisa boba, de vez em quando é bom usar para coisas úteis, para conhecimento”*. O Entrevistado E acredita que o servidor pode ajudar a despertar o interesse da sociedade em acompanhar e fiscalizar as ações da Administração Pública informando as pessoas a sua volta, o seu núcleo familiar e de amigos. *“Temos que atizar a curiosidade da sociedade, nem que seja só no nosso núcleo social, assim uma pessoa vai falar para outra, que também vai ter sua curiosidade atizada, é um ciclo vicioso”* (Entrevistado E).

Constata-se que, mesmo os entrevistados possuindo um conhecimento superficial acerca do controle social e o exercendo minimamente em suas atividades, eles entendem que o servidor público precisa ser mais ativo no acompanhamento e na fiscalização, tanto dos recursos quanto das ações de gestão no Órgão que exerce suas atividades. Assim como são conscientes do quanto é importante à participação da sociedade nas ações da Administração

Pública e acreditam que o servidor público tem um papel importante na promoção da transparência pública. É possível perceber o impacto desse contexto em relatos como: “*Quanto mais conhecimento a sociedade tiver, mais fortalecidos os princípios da Administração Pública serão. Nós, como servidores públicos, temos que educar a sociedade e ampliar esse conhecimento*” (Entrevistado A).

O quadro 3 apresenta um resumo das perguntas e as principais respostas dos entrevistados nessa seção.

Quadro 3 – Resumo da Seção 4.4

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
A transparência pública como auxiliar do controle social.	A transparência é um complemento para o controle. A transparência auxilia no controle e na identificação de fraudes. A transparência auxilia no controle dos recursos públicos.
Acompanhamento das políticas e do uso dos recursos financeiros na Unidade Acadêmica e na Universidade.	Apenas na Unidade Acadêmica. Não acompanha.
Conhecimento sobre o valor do orçamento da Unidade Acadêmica e da Universidade.	Apenas o da Unidade Acadêmica. Não possui conhecimento.
Acompanhamento do Conselho Universitário e do Conselho da Unidade.	Apenas Conselho da Unidade. Ambos os Conselhos. Não acompanha.
A importância de o servidor acompanhar e fiscalizar as ações do órgão que exerce suas atividades.	Dever e obrigação. Aumentar o envolvimento.
O servidor público ajudando a despertar o interesse da sociedade no acompanhamento e fiscalização nas ações da Administração Pública.	O servidor deve ser o intermediário entre a Administração Pública e o cidadão comum. Conversar e explicar os assuntos relacionados a Administração Pública,

Fonte: Elaborado pela autora.

4.5 Percepção dos Servidores Entrevistados acerca da Transparência Pública

O intuito desta seção é demonstrar claramente qual a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública, apresentado no quadro 4 uma síntese entre os temas abordados e as principais inferências.

Quadro 4 – Síntese Geral

Tema	Principais Inferências
O conhecimento dos servidores entrevistados sobre a transparência pública.	<ul style="list-style-type: none"> • Há entendimento que a transparência está relacionada aos princípios constitucionais, evita a corrupção e amplia o controle e a fiscalização. • Caso não fossem servidores o conhecimento acerca da transparência seria igual ou menor. • Nunca ou raramente acessam o Portal e as informações mais buscadas são relacionadas a servidores, cargos e salários.
A percepção dos servidores entrevistados sobre o Portal da Transparência do Governo Federal.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição, interação e usabilidade: bom e ruim, não há consenso entre os entrevistados. • Linguagem: boa, mas necessário conhecimento prévio sobre o assunto. • Acessibilidade comunicacional: há pouca e a maioria dos entrevistados não possui conhecimento sobre o assunto.
Os servidores e o exercício do controle social.	<ul style="list-style-type: none"> • Há entendimento que a transparência é complementar ao controle social, auxiliando na identificação de fraudes e no controle dos recursos financeiros. • O acompanhamento e a fiscalização na Universidade não são realizados ou são realizados apenas na Unidade Acadêmica. • O acompanhamento das ações dos Conselhos da Universidade é realizado em ambos, somente no da Unidade ou em nenhum. • Há entendimento que é dever e obrigação do servidor acompanhar e fiscalizar as ações do órgão em que exerce suas atividades. • Há entendimento que o servidor deve ser intermediário entre a Administração Pública e o cidadão comum, explicando os assuntos da Administração Pública.

Fonte: elaborado pela autora.

Diante disso, constata-se que o conhecimento dos servidores entrevistados sobre a transparência pública não é profundo, porém que eles entendem algumas de suas finalidades. Os servidores entrevistados carecem de estímulos para ampliar o interesse nesse assunto, assim como o cidadão comum, visto que os entrevistados afirmam que se não exercessem a função pública o seu conhecimento sobre a transparência seria o mesmo ou menor.

Nesse sentido, aspirando que a sociedade tenha o conhecimento sobre esse tema ampliado, cabe ressaltar mais uma vez que “o cidadão deve receber treinamento adequado, para que possa usufruir dos instrumentos de transparência disponíveis para sua consulta. Portanto, é importante capacitar o cidadão para o exercício do controle social” (FIGUEIREDO; SANTOS, 2014, p. 78). Essa afirmação é fidedigna aos resultados deste

estudo, visto que os entrevistados nunca ou raramente utilizam a principal ferramenta de transparência disponível no Brasil — o Portal da Transparência — e que muitas vezes desconhecem suas características e funcionalidades, o que prejudica, conseqüentemente, o exercício do controle social.

Ficou evidente que o conhecimento dos entrevistados sobre o controle social, assim como o conhecimento sobre a transparência pública, é parco e que o exercício desse controle é mínimo, tanto na Administração Pública em geral, quanto na Universidade. Essa evidência vai de encontro à colocação dos próprios entrevistados, que afirmam ser dever e obrigação do servidor público acompanhar e fiscalizar as ações do Órgão onde desenvolve suas atividades.

Ainda sobre o controle social, constata-se consenso na colocação dos entrevistados de que os servidores públicos podem auxiliar na aproximação da sociedade com a Administração Pública, exercendo o papel de intermediário entre elas, explicando e dialogando sobre os assuntos relacionados à gestão pública. Essa elucidação dos entrevistados é essencial para a popularização da transparência e do controle social, visto que “é através da participação na gestão pública que a população pode opinar na tomada da decisão. Seja instruindo na Administração, seja fazendo o controle sobre a ação do Estado, seja cobrando que os gestores públicos realizem prestação de suas ações” (SANTOS; ROCHA, 2019, p. 894).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta algumas considerações no que tange ao desenvolvimento deste estudo, que teve por objetivo analisar a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública. Os objetivos específicos visavam verificar a motivação dos servidores na busca de informações públicas, analisar a percepção dos servidores sobre o Portal da Transparência do Governo Federal no que tange a usabilidade e a acessibilidade comunicacional e analisar como os servidores exercem o controle social em suas atividades. Esses objetivos foram satisfatoriamente alcançados, conforme pode ser verificado no capítulo 4 deste estudo.

Diante da análise dos resultados obtidos, percebe-se que o conhecimento dos servidores entrevistados sobre a transparência pública, assim como sobre o controle social, é superficial e que eles necessitam de maiores estímulos para despertar o interesse por esses assuntos e aprofundar seu conhecimento. Diante disso, observa-se que seria relevante o Governo Federal e a própria Universidade como integradora e formadora de cidadãos, investirem em palestras, debates e capacitação de seus servidores. Isso permitirá maior disseminação da transparência, o que por consequência ampliará o exercício do controle social.

Constatou-se que este estudo contribuiu para incitar os servidores entrevistados a descobrirem a transparência pública, assim como proporcionou aos entrevistados visualizarem suas falhas como agente fiscalizador nas ações da Administração Pública e também na Universidade. Contribuiu também para sensibilizar os servidores entrevistados o quanto importante eles são na aproximação do cidadão comum com a Administração Pública e que é fundamental promover o acesso à informação, instruindo os cidadãos para que eles possam opinar, controlar e cobrar os gestor públicos.

As limitações deste estudo se referem ao número reduzido de respondentes, destacando que entre a totalidade dos servidores da Gerência Administrativa pesquisada, dois não aceitaram participar da pesquisa, o que pode ser reflexo da falta de conhecimento sobre transparência pública e controle social, já que a falta de conhecimento desses temas — identificada em alguns entrevistados — foi outro limitador deste estudo.

Por fim, como sugestões de estudos futuros, visualiza-se aprofundar em outras questões relacionadas à transparência pública, envolver um maior número de pessoas e adotar uma metodologia quali-quantitativa, que poderá favorecer o enriquecimento da investigação,

via complementariedade na análise dos objetos de estudo. Sugere-se também diversificar o cargo e a formação dos servidores entrevistados a fim de comparar se há influência desses fatores na percepção dos servidores públicos acerca da transparência pública.

REFERÊNCIAS

- ALÓ, C. C. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos**. 2009. Tese (Doutorado em Informática) - Departamento de Informática, PUC, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em < <http://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/tese-cappelli.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2021.
- AMORIM, F. B.; STADLER, A. O acesso à informação na gestão pública: dificuldades enfrentadas pelo poder executivo municipal de Londrina (PR). **Revista Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 246-268, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/873>>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Página Institucional: quem somos**. 2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- BRAGA, M. V. A. Gestão de riscos, transparência e controle social no contexto dos projetos governamentais: eficiência aliada à democracia. In: V Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2012, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2012. p. 1-22.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.
- _____. **Lei nº 101, de 04 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 mai. 2021.
- _____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso a Informação. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 mai. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. 34. ed. Brasília: ENAP, 1998.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. 2021. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/86>>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1º conferência nacional sobre transparência pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 73-88, jan/abr. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/32082/22668>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, F. R.; FREIRE, R. S.; SALES, J. D. A. Transparência pública em portais de institutos de previdência municipais da Paraíba: a accountability foi esquecida? **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 11, n. 2, p. 52-68, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/230539>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

GRACIOLA, A. R. **Acessibilidade comunicacional**: os processos de comunicação na inclusão social de pessoas com Deficiência. 2014. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/108590>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

GUERRA, E. L. A. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação/IFSC, 2014, 48 p. (Manual de suporte ao trabalho de conclusão do curso de especialização em gestão escolar). Disponível em <<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MEDAUAR, O. **Direito Administrativo Moderno**. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MISOCZKY, M. C. **Administração pública contemporânea**. Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/EA, 2014, 54 p. (Módulo 4. Apostila do Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura).

NEVES, O. Evolução das Políticas de Governo Aberto no Brasil. In: VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2013. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/092-EVOLU%C3%87%C3%83O-DAS-POL%C3%8DTICAS-DE-GOVERNO-ABERTO-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PIRES, K. A. Participação social em organizações públicas. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; PIRES, R. R. C. (org.). **Gestão pública e desenvolvimento: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2011. v. 6. p. 57-66. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8280>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PLATT NETO, O. A. et al. Publicidade e Transparência nas Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, [S.I.], v. 18, n. 1, p. 75-94, jan/mar. 2007. Disponível em <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>>. Acesso em: 02 jun. 2021

RIBEIRO, J. F.; SILVA, B. S. Avaliação automática de acessibilidade do portal da UFRN. **Revista Educação, Ciência e Tecnologia**, [S.I.], v. 9, n. 1, p. 1-19, jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3813>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares a Coprodução de Bem Público. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez. 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009v11n25p83>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS, L. N.; ROCHA, J. S. A importância da transparência para o fortalecimento da gestão pública democrática. **Id on line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, [S.I.], v. 13, n. 44, p. 892-904, 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1661>>. Acesso em 20 jun. 2021.

SILVA, A. C. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. Cuiabá: ICE, 2013.

SILVA, P. G. K. **Controle social da gestão pública: análise das práticas em dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4669>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SLOMSKI, V. et. al. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria Geral do Município de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 933-957, jul/ago. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6954>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VENTURA, K. S.; E SIEBRA, S. A. E-Acessibilidade na Transparência Ativa: a aplicação das tecnologias para implementação da lei de acesso informação. **Revista Informação e Tecnologia**, [S.I.], v. 2, n. 2, p. 71-87, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/26422>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de especialização em Administração Pública do Século 21 da UFRGS, estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Ariel Behr, cujo objetivo é analisar a percepção dos servidores da Gerência Administrativa de uma Unidade Acadêmica de uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior acerca da transparência pública.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 20 minutos. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico. Os dados que você fornecerá serão utilizados exclusivamente para o presente estudo e os resultados desta pesquisa serão tornados públicos, porém você não será identificado.

Principais perguntas:

1. É direito de todo cidadão ter acesso a informações governamentais, em sua opinião, qual a finalidade da Transparência Pública?

2. Como você acha que seria o seu conhecimento sobre Transparência Pública se você não fosse servidor público?

3. Qual o tipo de informação pública você busca no Portal da Transparência do Governo Federal e por quê?

4. A Controladoria Geral da União (CGU) considera que o Portal da Transparência do Governo Federal é intuitivo, interativo e de boa usabilidade. Como você considera esses aspectos no Portal?

5. As informações disponibilizadas no Portal da Transparência devem ser efetivamente compreendidas por qualquer cidadão. Como você analisa a linguagem e os termos utilizados no Portal da Transparência do Governo Federal?

6. Você considera que os recursos de acessibilidade comunicacional do Portal da Transparência do Governo Federal estão adequados a qualquer limitação? Por quê?

7. O Controle Social é a participação da sociedade nas ações da gestão pública. Como você acha que a transparência pode auxiliar nesse controle social?

8. De que forma você acompanha as políticas e o uso dos recursos financeiros na sua Unidade Acadêmica e na Universidade de modo geral?

9. Qual a importância de o servidor público acompanhar e fiscalizar as ações do órgão onde exerce suas atividades?

10. Como o servidor público pode ajudar a despertar o interesse da sociedade em acompanhar e fiscalizar as ações da Administração Pública?
